

O CAPITAL: ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E LUTA DE CLASSES

Plínio de Arruda Sampaio Jr.¹

Resumo: Karl Marx dedicou quantidade significativa de sua vida em criar o arcabouço teórico capaz de explicar a lógica contraditória da gênese e desenvolvimento do modo de produção capitalista. Esse núcleo da teoria social de Marx é a crítica da economia política. Trata-se de uma teorização sobre a gênese, reprodução e superação da sociedade burguesa, evidenciando o caráter necessariamente histórico e, portanto, transitório do capitalismo. O presente artigo busca evidenciar que a práxis revolucionária, bem como a constituição do proletariado como sujeito histórico revolucionário, capaz de realizar a revolução social, é uma decorrência lógica da crítica da economia política de Marx, não sendo possível dissociar uma da outra sem erodir toda a sua estrutura teórica.

Palavras-chave: Karl Marx; Marxismo; Crítica da Economia Política; Materialismo Histórico; Teoria da Práxis.

Abstract: Far distant from the tradition of classical political economy, which sought to understand the laws of functioning of capitalism in order to affirm it as the end of history, the aim of Karl Marx's critique of political economy is to show the historically determined character of the capitalist mode of production. The dialectical understanding of the contradictory character of capitalist development constitutes the strategic link in a theory of working-class revolution. It is a crucial moment for the materialist foundation of the theory of revolution originally outlined in the Communist Manifesto. Far from a break with their earlier works, Capital constitutes the cornerstone of his philosophy of praxis. It is the reflection on the logic of capital's self-valorization that underlies the thesis that only revolutionary praxis can liberate the working class from capital's exploitation and domination - the essence of his reflection on Capital.

Keywords: Capital, accumulation, class struggle, barbarism, communist revolution

A leitura de *O Capital* que resgata o nexos orgânico entre a teoria da práxis e a reflexão de Marx sobre as leis de movimento do capital deve compreender a crítica da economia política como o clímax da elaboração de uma teoria da revolução da classe operária. Nessa perspectiva, a teoria do valor é entendida como elo indispensável para colocar em evidência a base material da exploração e da dominação burguesas, sem o que seria impossível superar as insuficiências da teoria da revolução esboçada por Marx e Engels no *Manifesto Comunista*. É o conhecimento das estruturas internas da sociedade burguesa e das leis gerais do processo de acumulação de capital que permite pensar o modo de produção capitalista como uma formação histórica que abre caminho para a emergência de uma sociedade comunista. Nesse sentido, antes de se constituir num corpo teórico autônomo e hermético, desvinculado das questões políticas que tanto preocuparam Marx ao longo de toda sua vida, a crítica da economia política é, na sintética expressão de José Paulo Netto, um “componente nuclear da teoria social de Marx” (NETTO, 2004. P. 106). Ela completa o seu arsenal teórico de interpretação crítica da sociedade burguesa.

Portanto, longe de uma ruptura com os trabalhos iniciais de Marx, a crítica da economia política é o desdobramento necessário das questões teóricas abertas pela sua busca obstinada de uma

¹ Plínio de Arruda Sampaio Jr. é professor aposentado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - IE/UNICAMP, membro do Conselho Editorial da Revista Novos Temas do Instituto Caio Prado e editor do site Contrapoder.

teoria da revolução operária.² A problemática fica claramente definida em 1846 na reflexão de *A Ideologia Alemã*, quando Marx conclui seu amadurecimento como teórico revolucionário, fundindo de maneira inequívoca seu projeto intelectual com a perspectiva comunista de luta pela revolução operária. Pouco antes, em 1845, Marx havia escrito as notas que compuseram a célebre *Teses sobre Feuerbach*, um esforço para sistematizar as diretrizes mais gerais de sua concepção materialista da história e de sua filosofia da práxis, estabelecendo o conhecimento crítico do movimento histórico como condição *sine qua non* para a transformação da realidade. E, logo em seguida, em *Miséria da Filosofia*, de 1847, o esforço de compreender os determinantes materiais da luta de classes levou-o a estudar de maneira sistemática as leis de movimento da produção capitalista. O imperativo de conhecer as estruturas internas da sociedade burguesa, condição indispensável para a definição dos sujeitos fundamentais que polarizam a luta de classes, obrigou Marx a se engajar de corpo e alma no estudo da economia. É a avaliação de que a economia política inglesa tinha uma visão parcial e distorcida da realidade que o conduz a fazer a crítica da economia política, trabalho que, como declarou em carta a um amigo, consumiu os melhores anos de sua vida e representou o sacrifício de sua saúde, sua alegria e sua família.³

Entendida como um instrumento teórico para resolver os problemas práticos que a classe operária enfrenta no combate à burguesia, a crítica da economia política é uma aplicação concreta da concepção materialista da história ao estudo da economia capitalista e do tipo de pensamento econômico que lhe corresponde.⁴ A reflexão de Marx sobre as leis econômicas do modo de produção capitalista tem uma finalidade explícita: fundamentar a tese de que somente a práxis revolucionária é capaz de libertar a classe operária da exploração e da dominação do capital. Para tanto, a teoria do valor deve mostrar a transitoriedade do modo de produção capitalista e, mais ainda, a necessidade inarredável da *práxis revolucionária* como único meio de combate à barbárie capitalista. O desafio é explicar teórica e historicamente a gênese, a reprodução, o desenvolvimento e a necessidade de superação do regime burguês. É tal procedimento que permitirá a Marx definir a exigência inescapável, a possibilidade material e o sujeito histórico da revolução. A tarefa primordial de *O Capital* é, por conseguinte, desvendar as contradições que levam o desenvolvimento capitalista a gerar a sua negação - a revolução comunista.

Enfim, a crítica da economia política é um elo indispensável da teoria da revolução de Marx porque sem ela não haveria como entender as leis de movimento do capitalismo e desmascarar a aparência “natural” de suas relações de produção. Sem revelar que a epiderme do modo de produção capitalista inverte a realidade, ocultando a natureza contraditória da relação de produção capital-trabalho; sem demonstrar logicamente que o dinamismo do capitalismo repousa na exploração incessante de mais-valia e implica necessariamente acúmulo de riqueza e acúmulo de pobreza; sem colocar em evidência que o desenvolvimento capitalista gera as condições objetivas e subjetivas para sua própria negação, Marx não teria como fundamentar teoricamente a necessidade inescapável da barbárie capitalista, a possibilidade de outro modo de organizar a produção decorrente da crescente socialização das forças produtivas e da progressiva monopolização dos meios de produção, bem como a gênese e a consolidação da classe operária como sujeito histórico da revolução comunista – única classe social que, pela sua posição na sociedade burguesa, é capaz de levar às últimas consequências

² A propósito ver LUKÁCS, G. *O jovem Marx e outros escritos filosóficos de 1840 a 1844*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. Para uma biografia intelectual de Marx, ver: MEHRING, F. *Karl Marx*, Lisboa: Presença, 1974; e RUBEL, M. *Karl Marx: Ensayos de biografía intelectual*. Buenos Aires: Ed. Paidós.

³ Sobre a trajetória intelectual de Marx, que enfatiza a relação entre a teoria da práxis e a crítica da economia política, ver: **A concepção da práxis em Marx**, In: VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO –; São Paulo: Expressão Popular, 2007; e **1847: Marx contra Proudhon**, In: NETTO, J. P. *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.

⁴ A teoria econômica de Marx enquadra-se integralmente nos dois fundamentos básicos de sua concepção materialista da história: (a) a interpretação da história como história da luta de classes; e (b) a luta de classes como sendo determinada em última instância pelos conflitos que surgem do caráter contraditório das relações de produção.

a negação da negação.⁵ Resgatando as palavras do próprio Marx sobre a essência de sua contribuição para o entendimento da lei de movimento do capital, Sánchez Vásquez enfatizou seu caráter revolucionário:

Por explicitar o caráter transitório do regime capitalista e demonstrar a necessidade de sua substituição, *O Capital* integra-se plenamente na teoria marxista da revolução e lhe são perfeitamente aplicáveis as palavras que o próprio Marx escreve com relação à dialética no posfácio à segunda edição: ‘(...) é escândalo e abominação para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, porque na inteligência positiva do existente inclui também o próprio tempo, e a inteligência de sua negação, de sua necessária ruína; porque concebe toda forma desenvolvida no fluir de seu movimento e, portanto, sem perder de vista seu lado precívil; porque nada lhe faz retroceder e é, por essência, crítica e revolucionária’. Em sua essência a investigação científica levada a cabo em *O Capital* explicita, justamente por seu caráter dialético e científico, sua natureza crítica e revolucionária. (VAZQUEZ, 2007. P. 253)

Na concepção materialista de Marx, o papel estratégico da classe operária como sujeito histórico capaz de transcender o capitalismo resulta da natureza antagonica da relação capital-trabalho e da necessidade incontornável de sua superação, fenômenos associados à centralidade do trabalho na sociabilidade do modo de produção capitalista. Antes mesmo de desenvolver sua crítica à economia política que fundamentaria teoricamente o papel estratégico da classe operária na luta de classes, em trecho da *Sagrada Família* que se tornou célebre, Marx já colocava o trabalho como antítese do capital:

Se os autores socialistas atribuem ao proletariado esse papel histórico mundial, não é [...] porque tenham os proletários por deuses, antes pelo contrário, é porque a abstração de toda a humanidade, mesmo da aparência de humanidade, está praticamente consumada no proletariado plenamente desenvolvido, uma vez que nas condições de vida do proletariado estão resumidas ao seu paroxismo mais desumano todas as condições de vida da sociedade atual, uma vez que nele o homem se perdeu a si próprio, mas ao mesmo tempo não só adquiriu a consciência teórica desta perda como foi imediatamente constrangido pela miséria inelutável já desvelada, absolutamente imperiosa – expressão prática da necessidade – à revolta contra esta desumanidade; e é por isso que o proletariado pode e deve emancipar-se. Não pode, contudo, emancipar-se sem suprimir as suas próprias condições de vida. Não pode, contudo, suprimir as suas próprias condições de vida sem suprimir todas as condições de vida da sociedade atual, que se condensam na sua situação. (MARX & ENGELS, 2001)⁶.

Faltava-lhe, contudo, consubstanciar o substrato material do papel estratégico do trabalho na negação do modo de produção do capital. É o que o guia sua crítica à Economia Política de Smith e Ricardo. A chave da teoria do valor de Marx encontra-se na compreensão da relação capital-trabalho como uma unidade de opostos – uma totalidade que define as leis de movimento da economia capitalista. A lei do valor equaciona teoricamente como o processo de autorrealização do capital gera as condições objetivas e subjetivas para a constituição da classe operária como sujeito histórico antípoda da burguesia.⁷ O início lógico e histórico do capitalismo é associado ao desenvolvimento das trocas, à expansão da divisão do trabalho e ao processo de acumulação primitiva de capital. O destino lógico e histórico do movimento do capital conduz à necessidade e à possibilidade da revolução comunista como única solução civilizada para a barbárie capitalista. A mediação entre capitalismo, barbárie e revolução, que fundamenta a necessidade da revolução comunista, é explicada pelo acirramento das contradições entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção baseadas na propriedade privada dos meios de produção.

O nexos inescapável entre desenvolvimento capitalista e barbárie decorre das leis que regem a exploração do trabalho e a concorrência intercapitalista, ambas relacionadas com o caráter dual do trabalho no

⁵ A propósito consultar: AZARA, H. **A circulação simples como epiderme da experiência capitalista**. Curitiba: Ed. Prismas, 2016; BENOIT, H. E ANTUNES, J., **O problema da crise capitalista em O Capital de Marx**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

⁶ A discussão sobre a atualidade da centralidade do trabalho é retomada no cuidadoso trabalho de ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

⁷ O papel estratégico do proletariado como sujeito histórico deriva da especificidade de sua posição como base do modo de produção capitalista. Ver VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia ...*, 2007, p. 363.

capitalismo – trabalho concreto produtor de valor de uso; e trabalho abstrato produtor de valor e mais valia. Ao estabelecer uma relação estrutural entre acumulação de capital, expansão da riqueza, ampliação da pobreza, irracionalidade econômica e crises cíclicas de produção, a crítica da economia política mostra que a busca frenética da valorização do capital, mediante a exploração de mais-valia, aguça inexoravelmente os antagonismos entre a burguesia e o proletariado. O ponto crucial reside no fato de que o desenvolvimento capitalista nega a própria fonte de sua existência – o trabalho vivo – e prepara as bases objetivas – a socialização das forças produtivas – e subjetivas – a crise do modo de produção capitalista – para a superação do mundo burguês.

A contradição entre o caráter social da produção e a apropriação privada do excedente econômico faz com que a expansão da riqueza e a ampliação da miséria constituam faces inseparáveis do processo de extração de mais-valia. Na estrutura conceitual de *O Capital*, a irremediável reprodução do círculo vicioso entre abundância e pobreza denunciado por Fourier é determinada pela combinação de exploração de mais-valia, absoluta e relativa; elevação da composição técnica e orgânica do capital; e formação de uma superpopulação relativa – fenômenos derivados das leis de funcionamento da economia capitalista.

A contradição entre a organização da produção dentro das fábricas e a anarquia da produção na sociedade, que decorre do papel decisivo da concorrência intercapitalista como dinamizador da acumulação de capital, leva o capitalismo a combinar de maneira incontornável desenvolvimento das forças produtivas e crises cíclicas de superprodução. A produção pela produção, um efeito inevitável da acumulação desatinada de capital, subordina os valores de uso aos valores de troca, provocando um crescente descompasso entre a ampliação em espiral da riqueza e a persistência de grandes carências sociais.

Como a acumulação progressiva é uma necessidade orgânica do metabolismo do capital, a expansão do capitalismo independe das necessidades da população. As múltiplas contradições inerentes ao circuito de valorização do capital provocam a eclosão de crises que paralisam periodicamente a acumulação de capital. O aparecimento de um excedente absoluto de capitais leva a lei do valor a operar com sinal invertido, inaugurando conjunturas marcadas pela necessidade de violenta desvalorização dos capitais excedentes. As condições para a retomada do processo de acumulação de capital somente são recompostas após a destruição de grandes massas de capital, na forma de forças produtivas, mercadorias, capital monetário ou capital fictício. Por essa razão, nos períodos de crise, a barbárie capitalista é potencializada. No arcabouço conceitual de *O Capital*, a tendência decrescente da taxa de lucro aparece como o nexo crucial que vincula a relação capitalista de produção às formas abstratas da crise – condição necessária para uma teoria unificada da crise econômica geral e sua relação com a crise estrutural do próprio modo de produção capitalista. Marx sintetiza na lei da tendência decrescente da taxa de lucro o caráter transitório do modo de produção capitalista. Por essa razão, ele a considera:

Sob todos os aspectos a mais fundamental lei da economia moderna e a mais importante para a compreensão das mais difíceis relações. É a mais importante do ponto de vista histórico (MARX, 1978. P. 281).⁸

A economia política de Marx não desconsidera a possibilidade de que as lutas econômicas e políticas da classe operária possam atenuar temporariamente os efeitos devastadores do desenvolvimento capitalista sobre as condições de vida dos trabalhadores. Mesmo assim, sua perspectiva teórica descarta a possibilidade de um desenvolvimento capitalista virtuoso, pois as lutas de resistência da classe operária não têm como anular as leis responsáveis pela formação de uma superpopulação relativa e pela tendência decrescente da taxa de lucro – elementos responsáveis, em última instância, pela deterioração das condições de vida da classe operária e, conseqüentemente, pelo acirramento das contradições entre a burguesia e o proletariado. A propósito, a conclusão de Marx em seu opúsculo *O Salário, o Preço e o Lucro* é inequívoca:

Estas breves indicações bastarão para demonstrar que o próprio desenvolvimento da indústria moderna deve necessariamente fazer pender sempre a balança a favor do capitalista em prejuízo do operário e, por conseguinte, a tendência geral da produção capitalista não reside

⁸Sobre a questão da crise em Marx, ver GRESPLAN, J. L. S., **O negativo do capital**: o conceito de crise na crítica de Marx a economia política. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999. Para uma interpretação da crise estrutural do capital, ver MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

em elevar o nível médio dos salários, mas em baixá-los, ou seja, impelir, mais ou menos o valor do trabalho para o seu limite mínimo (MARX, 1975. P. 86).

O fato de a resistência à exploração capitalista não ser uma solução definitiva para os problemas da classe operária não significa que as lutas dos trabalhadores não sejam importantes para mitigar uma maior exploração do trabalho. Elas são estratégicas como laboratório da luta de classes e, dentro de certas condições, como meio de atenuar a exploração capitalista, mas são absolutamente impotentes para superar os condicionantes estruturais responsáveis pelos males da classe operária - a exploração de mais valia. Marx é enfático sobre os limites das lutas econômicas que mobilizam espontaneamente os trabalhadores:

(...) os operários não devem sobrestimar o resultado final dessa luta quotidiana. Não podem esquecer que lutam contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos, que o que fazem é refrear o movimento descendente, mas não alterar o seu rumo; que aplicam paliativos, e não a cura da doença. Por conseguinte, não se devem deixar absorver exclusivamente por essas escaramuças inevitáveis que provocam o nascimento constante das usurpações ininterruptas do capital ou as variações do mercado. Impõe-se que compreendam que o regime atual, com todas as misérias que os oprimem, origina ao mesmo tempo as condições materiais e formas sociais necessárias para a transformação econômica da sociedade. Em vez da palavra de ordem conservadora 'um salário justo por um dia de trabalho justo', devem inscrever na sua bandeira a palavra de ordem revolucionária: 'abolição do salariato!' (Idem. P. 87-88).

A crítica da economia política também reconhece que a inevitabilidade das crises não significa que o modo de produção capitalista não disponha de recursos que lhe dão grande vitalidade e esteja condenado à autodestruição. Ao definir os mecanismos que permitem ao capitalismo transformar seus limites em barreira, recompondo as condições para a retomada do processo de acumulação de capital, Marx deixa patente que, na ausência de uma alternativa operária, a burguesia sempre encontra solução para os obstáculos que paralisam a acumulação de capital (AZARA, 2012). Do ponto de vista teórico, a questão fica patente na identificação de uma série de condicionantes contrariantes da tendência decrescente da taxa de lucro. No entanto, ao agir sobre os efeitos da crise e não sobre suas causas orgânicas – a exploração de mais-valia e a concorrência intercapitalista – todos os meios burgueses de enfrentar as crises do capital implicam aumento da taxa de exploração do trabalho, elevação da composição técnica e orgânica do capital e generalização das relações capital trabalho, fenômenos que agravam as contradições entre o capital e o trabalho em escala planetária. Por essa razão, a superação das crises não faz mais do que exacerbar a tendência decrescente da taxa de lucro, acumulando contradições que vão criando as bases objetivas e subjetivas para a revolução proletária. A subordinação da expansão das forças produtivas às exigências da valorização do capital provoca desemprego estrutural, instabilidade e crise econômica. A questão é explicitada por Marx na conclusão de sua discussão sobre o desenvolvimento das contradições internas da lei da tendência decrescente da taxa de lucro, no capítulo 15 do Livro III:

La producción capitalista aspira constantemente a superar estos límites inmanentes a ella, pero sólo puede superarlos recurriendo a medios que vuelven a levantar ante ella estos mismos límites todavía con mayor fuerza (MARX, 1966. P. 248).

A crítica da economia política também admite a possibilidade de que, dentro de certas condições, o Estado possa adotar medidas econômicas e sociais que mitiguem as injustiças sociais, diminuam a instabilidade do sistema e atenuem os impactos das crises sobre a população. A redefinição dos parâmetros institucionais que regulam a relação entre o capital e o trabalho e que estabelecem as bases para a concorrência intercapitalista, bem como a intervenção direta do Estado no processo de apropriação, distribuição e utilização do excedente social podem retardar temporariamente o acirramento das contradições entre o capital e o trabalho. No entanto, como o Estado burguês não pode abolir por meio político a lei geral da acumulação de capital, pois não pode suspender por tempo indeterminado a concorrência intercapitalista, sua atuação não tem como evitar que a economia capitalista funcione como uma máquina infernal que combina riqueza e miséria, abundância e carências, momentos de bonança e conjunturas de penúria. O limite da intervenção do Estado como panaceia para as mazelas do capitalismo foi um dos temas centrais de um dos primeiros trabalhos econômicos de Marx – *A Miséria da Filosofia*. Neste livro, Marx critica Proudhon, um dos precursores da

tradição “reformista” no seio do movimento socialista, pela ingenuidade de imaginar a possibilidade de domar o capitalismo pela eliminação de seus aspectos negativos. Associando a visão de Proudhon à perspectiva pequena burguesa de compreensão da realidade, em carta a P.V. Annenkov, Marx sintetiza sua objeção à ilusão de que o capitalismo possa ser domesticado:

En realidad, [Proudhon] hace lo que hacen todos los buenos burgueses. Todos ellos nos dicen que la competencia, el monopolio, etc., en principio, es decir considerados como ideas abstractas, son los únicos fundamentos de la vida, aunque en la práctica dejen mucho que desear. Todos ellos quieren la competencia, sin sus funestos efectos. Todos ellos quieren lo imposible: las condiciones burguesas de vida, sin las consecuencias necesarias de estas condiciones. Ninguno de ellos comprende que la forma burguesa de producción es una forma histórica y transitoria, como lo era la forma feudal. Este error proviene de que, para ellos, el hombre burgués es la única base posible de toda sociedad, de que no pueden imaginarse un estado social en que el hombre haya dejado de ser burgués”. (...) “En su deseo de conciliar las contradicciones, el señor Proudhon elude la pregunta de si no deberá ser derrocada la base misma de estas contradicciones (MARX, 1978. P. 180 – 181).

A advertência de Marx é inequívoca. Ao atuar sobre as consequências do desenvolvimento capitalista e não sobre seus determinantes estruturais, as lutas de resistência dos trabalhadores contra a exploração, os mecanismos espontâneos saneadores das crises econômicas e as intervenções “civilizadoras” do Estado – ações que se dão nos marcos do próprio regime burguês – não são capazes de evitar o aprofundamento das contradições entre o capital e o trabalho. Com o avanço do capitalismo, os expedientes que procuram protelar a crescente contradição entre expansão das forças produtivas e relações capitalistas de produção tornam-se cada vez menos eficazes e seus efeitos progressivamente mais efêmeros. A diminuição progressiva da margem de manobra da burguesia para enfrentar as gravíssimas contradições do modo de produção capitalista leva a crítica da economia política a tratar a transitoriedade do regime burguês como um problema objetivo, passível de tratamento teórico, verificável historicamente, e não como uma questão subjetiva passível de diferentes interpretações. A questão essencial reside no inexorável estreitamento do espaço para contemporizar os antagonismos de classe entre a burguesia e o proletariado.

Apesar da grande capacidade de transformar limites em barreiras e acomodar as contradições entre a burguesia e o proletariado, o capitalismo não tem como eludir seus limites absolutos, porque, a partir do momento em que a relação capital-trabalho se transforma em grilhão das forças produtivas, o modo de produção capitalista esgota sua capacidade de acomodar as contradições. O objetivo central da crítica da economia política é exatamente mostrar como a capacidade do capital de transformar limites em barreiras acaba se constituindo em uma ameaça incontornável à própria sobrevivência do ser humano. O aprofundamento da barbárie capitalista encerra definitivamente a missão civilizadora da burguesia. Contrastando a perspectiva crítica com o pensamento apologético, Paul Baran resumiu a perspectiva crítica de maneira cristalina:

Marx y Engels aceptaron, en lo esencial, la insistencia de los economistas clásicos sobre la gigantesca contribución del capitalismo al desarrollo económico. Pero, no estando ligados a la clase capitalista ahora dominante, no viéndose obligados ‘consciente ni inconscientemente’ a considerar al capitalismo como la forma ‘natural’ de la sociedad, ni como la realización última de las aspiraciones humanas, fueron capaces de percibir los límites y barreras inherentes al progreso dentro del sistema capitalista. De hecho, su forma de abordar el problema fue radicalmente distinta a la economía burguesa. En tanto esta última estaba (y está) interesada en el desarrollo económico sólo en la medida en que ha logrado el establecimiento del orden capitalista y conduce a su estabilidad, Marx y Engels consideraron a dicho orden como susceptible de sobrevivir, únicamente en tanto no se convirtiese en una traba para un posterior progreso económico y social. Superando las limitaciones del pensamiento burgués, fueron capaces de concebir a la era del capitalismo, simplemente como la creadora de las condiciones que permitirían un desarrollo de la humanidad que la llevaría más allá de los límites del orden burgués (BARAN, 1967. P. 21).

Marx associa os limites estruturais do capital basicamente a duas consequências inexoráveis do processo de valorização do valor, ambas diretamente relacionadas com mudanças nas composições técnicas e orgânicas do capital que se encontram na raiz da tendência decrescente da taxa de lucro.

Ao negar trabalho vivo, o incessante aumento da produtividade do trabalho amplia progressivamente a população excedente que extrapola as necessidades da exploração capitalista. A formação de um crescente excedente absoluto de força de trabalho, que não pode ser absorvido de maneira regular pelo mercado de trabalho, desequilibra irremediavelmente a correlação de forças a favor do capital (JAMESON, 2011). Nessas condições, a classe operária fica sujeita a uma ofensiva permanente do capital. Acumulação de capital e barbárie tornam-se incontornáveis. Sempre cauteloso na definição do caráter das leis econômicas do modo de produção capitalista, Marx é explícito em anunciar a tendência inexorável ao aprofundamento do abismo entre riqueza e pobreza – a base de sua explicação para o inevitável acirramento dos antagonismos entre burguesia e proletariado.

La fuerza de trabajo disponible se desarrolla por las mismas causas que la fuerza expansiva del capital. La magnitud relativa del ejército industrial de reserva crece, por consiguiente, a medida que crecen las potencias de la riqueza. Y cuanto mayor es este ejército de reserva en proporción al ejército obrero en activo, más se extiende la masa de la superpoblación consolidada, cuya miseria se halla en razón inversa a los tormentos de su trabajo. Y finalmente, cuanto más crecen la miseria dentro de la clase obrera y el ejército industrial de reserva, más crece también el pauperismo oficial. Tal es la ley general, absoluta, de la acumulación capitalista (MARX, 1966. P. 546).⁹

Ao provocar progressiva monopolização das forças produtivas, a tendência à concentração e centralização do capital leva à incontornabilidade do capital. O problema está relacionado com a crescente socialização das forças produtivas e a inexorável hipertrofia da estrutura técnica e financeira dos capitais. A industrialização em escala global solapa as bases materiais do espaço econômico nacional - a industrialização nacional. A maior mobilidade espacial e setorial do capital compromete a capacidade de o Estado burguês mitigar as injustiças, as irracionalidades e as instabilidades que caracterizam o desenvolvimento capitalista. Ainda que o impacto do processo de monopolização do capital sobre a ação do Estado só tenha sido objeto de estudo sistemático nos trabalhos de Hilferding, Bukarin, Rosa Luxemburgo e Lênin, (e, antes deles, na reflexão do economista inglês Hobson), o problema não passou despercebido por Marx. Ao mostrar que o único limite à acumulação de capital deriva do próprio capital, a crítica da economia política relaciona teoricamente o problema da incontornabilidade do capital com a própria natureza da busca incessante do lucro:

Es ésta [a necessidade de produzir mais-valia em escala ampliada] una ley de la producción capitalista, ley que obedece a las constantes revoluciones operadas en los propios métodos de producción, la depreciación constante del capital existente que suponen la lucha general de la concurrencia y la necesidad de perfeccionar la producción y extender su escala, simplemente como medio de conservación y sob pena de perecer. El mercado tiene, por tanto, que extenderse constantemente, de modo que sus conexiones y las condiciones que lo regulan van adquiriendo cada vez más la forma de una ley natural independiente de a voluntad de los productores, cada vez más incontrolable.¹⁰

Ao desvendar a ontologia do capital, a mensagem de *O Capital* é inequívoca. Decifra-me ou te devoro. O objetivo da crítica da economia política é conhecer o metabolismo do capital para melhor combatê-lo. Como a classe operária não possui uma inteligência nata de sua situação social e de suas potencialidades políticas e como tal inteligência não brota naturalmente das lutas operárias, o salto da forma embrionária de consciência de classe – circunscrita aos parâmetros da ordem burguesa - para a forma revolucionária propriamente dita – que nega o regime do capital e propõe o comunismo - requer o acesso a uma reflexão crítica que está muito além das possibilidades de quem está submetido a um regime de trabalho e de vida que massacra e embrutece o ser humano. A superação da alienação pressupõe a luta do trabalho contra o capital – a qual cria a necessidade de um conhecimento crítico da realidade –, mas requer ainda um elemento adicional que transcende a luta propriamente dita: a reflexão crítica. É ela que permite ir além das aparências dos fenômenos e desnudar o caráter o contraditório do capitalismo, ao recompor a totalidade de uma realidade que aparece fragmentada e caótica. Na perspectiva do materialismo histórico, a importância estratégica deste último elemento – a reflexão

⁹ Para interpretação semelhante, ver JAMESON, F. **Representing capital: a reading of Volume One.** London/New York, Verso, 2011.

¹⁰ MARX, K. **O Capital, Livro III**, p. 243.

crítica sobre o caráter contraditório da realidade - é incontornável para que o proletariado possa transcender sua experiência imediata. É a fusão da luta dos trabalhadores com a crítica radical do modo de produção do capital que permite a superação do limite da consciência burguesa a respeito do funcionamento da economia e da sociedade capitalista. A condição necessária para a vitória da revolução operária é, por conseguinte, a conversão da teoria revolucionária esboçada em *O Capital* em força material pela sua encarnação no movimento revolucionário. Com a crítica da economia política, Marx finalmente realiza o desiderato de elaborar as diretrizes mais gerais de uma teoria da revolução que fundamenta cientificamente a necessidade, a possibilidade e o sujeito da revolução operária. A reflexão da maturidade responde às inquietações da juventude: “Em um povo, a teoria só se realiza à medida que é a realização de suas necessidades” (MARX, 1968. P. 10). Em suma, ao definir os nexos necessários entre capitalismo, barbárie e revolução, a teoria do valor de Marx revela que o devir inscrito no desenvolvimento capitalista deixa a humanidade diante de duas opções: socialismo ou barbárie. Correndo o risco de grave simplificação, a argumentação de Marx pode ser resumida em cinco posições fundamentais:

- a) O caráter contraditório das relações capitalistas de produção implica a transitoriedade do modo de produção capitalista. Como antítese da civilização burguesa, o comunismo encontra-se no horizonte histórico da humanidade;
- b) A transição para a sociedade comunista não ocorrerá naturalmente porque a burguesia tem uma ampla margem de manobra para encontrar soluções temporárias para as contradições que ameaçam a reprodução de seu regime social, seja no campo econômico seja no campo político; e porque a reificação das relações sociais aliena o trabalhador, bloqueando a possibilidade de o proletariado se constituir espontaneamente em classe revolucionária capaz de levar a contestação da ordem burguesa às últimas consequências;
- c) A possibilidade de transformar limites em barreiras e a dificuldade da classe operária para superar o estado de alienação e se constituir como sujeito histórico não significam o fim da história porque o capitalismo não é capaz de contornar seus limites absolutos;
- d) Ao combinar crescente socialização das forças produtivas e aprofundamento da barbárie, o desenvolvimento capitalista gera condições objetivas e subjetivas para a constituição da classe operária como classe em si e classe para si;
- e) Para se constituir efetivamente em sujeito da revolução comunista, o proletariado precisa, contudo, transitar de uma estratégia defensiva de resistência à barbárie capitalista para uma estratégia ofensiva de abolição das relações capitalistas de produção.

Sánchez Vásquez sintetizou a necessidade da crítica, como antídoto à alienação, enfatizando a importância decisiva de uma práxis consciente de seus desafios e de suas implicações históricas:

Os proletários só podem subverter a ordem econômica e social que os aliena mediante uma práxis consciente, reflexiva. Daí a necessidade de que o movimento operário adquira uma consciência de sua missão histórica, de seus fins, da estrutura social capitalista e da lei que a rege, assim como das condições e possibilidades objetivas de sua emancipação ao chegar determinada fase do desenvolvimento histórico e social. O proletariado só pode libertar-se ao adquirir consciência de sua exploração, assim como da necessidade de desenvolver uma práxis revolucionária para eliminá-la. Necessita, por conseguinte, de uma práxis que se desenvolve no marco de uma série de condições objetivas dadas e com uma elevada consciência da referida práxis, tanto de seus limites como de suas possibilidades (VÁZQUEZ, 2007. P. 295).

Ainda que necessária, a crítica da economia política é, sem dúvida, insuficiente para vencer o capitalismo. O conhecimento da lógica da exploração, dos mecanismos objetivos e subjetivos da dominação capitalista e da necessidade incontornável de uma estratégia ofensiva de combate à burguesia não resolve por si as agruras da classe operária. Ao definir a necessidade inescapável da revolução comunista como único horizonte civilizador, a teoria da revolução esboçada em *O Capital* alcança seu limite como arma crítica. A superação do modo de produção capitalista requer a tomada de consciência do papel histórico do proletariado como classe em si e classe para si, mas isso não basta. Assim como a crítica da religião não é capaz de eliminar o credo numa força divina, a consciência da dominação e exploração capitalista não é capaz de eliminar a

dominância do capital sobre o trabalho. Para transformar a realidade, é preciso ir além do plano da contemplação. Como lembra Sanchez Vásquez:

Só uma teoria que veja seu próprio âmbito como um limite que deva ser transcendido mediante a sua vinculação consciente com a prática pode estabelecer suas relações com esta atendendo a uma dupla – e indissolúvel – exigência teórica e prática (Idem. P. 109).

A abolição da propriedade privada, a superação do trabalho assalariado e o fim da dominação burguesa são questões que se definem no plano da luta de classes. Nesse aspecto, a mensagem de *O Capital* é inequívoca. O proletariado não tem escapatória. O único meio de evitar a desumanização provocada pelo processo de valorização do valor é enfrentando a burguesia numa luta de vida ou morte: ou a classe operária se constitui como classe revolucionária ou não é nada. A práxis revolucionária exige a metamorfose do proletariado de classe explorada em classe revolucionária. A questão fundamental reside na superação dos mecanismos de dominação que transformam o trabalhador num autômato submetido aos ditames do capital. A crítica da economia política de Marx é, portanto, a filosofia do proletariado que desnuda a raiz da exploração e da dominação capitalista:

É preciso que o proletariado adquira consciência de sua situação, de suas necessidades radicais e da necessidade e condições de sua libertação. Essa consciência é justamente a filosofia; mais exatamente, sua filosofia. Filosofia e proletariado se encontram em unidade indissolúvel. ‘Assim como a filosofia encontra no proletariado suas armas materiais, o proletariado tem na filosofia suas armas espirituais’. Sem o proletariado, a filosofia não sai de si mesma e graças a ele, realiza-se; ele é seu instrumento, o meio, a arma material que lhe permite vingar na realidade. O proletariado, por sua vez, não poderia emancipar-se sem a filosofia; nessa relação, os dois termos se condicionam mutuamente; a realização de um é a abolição do outro. ‘A filosofia – diz Marx – não pode chegar a realizar-se sem a abolição do proletariado, e o proletariado não pode chegar a realizar-se sem a abolição da filosofia (Idem. P. 118).

Em suma, antes de significar uma cisão entre teoria e prática, a reflexão de Marx sobre as leis de movimento do capital é um elo indispensável para fundir a teoria com a prática. Ao desnudar a lógica da valorização do capital, a crítica da economia política explicita as condições objetivas e subjetivas que permitem romper os automatismos que aprisionam a humanidade aos ditames do capital. Ao estabelecer a relação inescapável entre capitalismo e barbárie, Marx define a necessidade histórica da revolução como única resposta possível à barbárie. Ao apontar o caminho teórico para a superação da barbárie, Marx define a importância da crítica para a prática. A reflexão econômica de Marx funde, assim, acumulação de capital (que não existe historicamente na sua forma abstrata) com luta de classes entre burguesia e proletariado (que não tem conciliação possível). Fecha-se o ciclo do conhecimento: as necessidades práticas da luta de classes geram a necessidade da crítica da economia política como base objetiva de uma teoria da revolução e os resultados da crítica da economia política fundamentam cientificamente a necessidade incontornável de uma prática revolucionária como único meio de superar a barbárie capitalista. Sánchez Vásquez sintetizou a unidade da reflexão de Marx, ressaltando a importância da fusão entre a luta e a crítica:

A práxis revolucionária do proletariado não pode ser esclarecida teoricamente nem orientada à margem de um conhecimento verdadeiro, objetivo, científico, das condições que a tornam possível e necessária, particularmente no que diz respeito às relações de produção. E essa tarefa teórica indispensável é a que Marx leva a cabo em *O Capital* em prol da transformação prática, efetiva, da sociedade capitalista (Idem. P. 252).

No momento em que crise capitalista coloca na ordem do dia a urgência de ser além do capital, o esclarecimento sobre a relação umbilical entre teoria econômica e teoria da revolução é importante para evitar leituras bastardas que distorcem o significado da crítica da economia política. A questão não é irrelevante, pois a forma como se dá a assimilação da teoria do valor de Marx por certos segmentos do *establishment* acadêmico, interessados apenas no seu lado “científico”, acarreta a absoluta esterilização de seu conteúdo crítico revolucionário. O elemento decisivo para a neutralização do caráter subversivo da crítica da economia política reside na ruptura da dialética de mútua determinação entre acumulação de capital e luta de classes. O conteúdo revolucionário da crítica foi explicitado de maneira franca e direta por Marx ao Dr. Kulgeman: “Quando a

conexão interna do capitalismo é alcançada, toda crença teórica na necessidade permanente das condições vigentes rompe-se diante de seu colapso prático” (MARX, 1977. P. 228).

Sem a perspectiva classista do proletariado, a lei do valor torna-se uma armadilha conceitual que impede que se defina o caráter relativo do capitalismo. Destituído de sua essência, o arcabouço conceitual da crítica da economia política torna-se funcional na fundamentação de conclusões conservadoras. Chega-se, assim, ao oposto do pretendido por Marx. Ao reconstituir a esfera econômica como uma instância autônoma, com leis de movimento que se impõem como imperativo implacável sobre o conjunto da sociedade, a leitura da lei do valor como uma lógica do capital, imune às vicissitudes da luta de classes, naturaliza o regime burguês. A contradição em processo, que caracteriza a valorização do valor, é transformada num movimento canônico, autossuficiente e autojustificado que não encontra limites, senão os derivados do próprio capital e, portanto, passíveis de serem resolvidos nos marcos do regime burguês. Essa abordagem dilui o caráter revolucionário da teoria do valor de Marx, enquadrando-a no horizonte ideológico da economia burguesa. Assim, a crítica da economia política fica reduzida à proposição de mais uma economia política. A deformação que significa a ruptura da unidade necessária entre acumulação de capital e luta de classes não passou despercebida por Sánchez Vásquez:

Toda leitura de *O Capital* que não veja, em última instância, uma teoria fundada não só na prática produtiva peculiar ao capitalismo, mas determinada, por sua vez, pela necessidade da práxis revolucionária do proletariado, estabelece um divórcio entre teoria e prática, posto que deixa de ver o que era essencial para Marx: a teoria como fundamento científico da substituição revolucionária do capitalismo pelo socialismo e da missão histórica do agente dessa transformação: o proletariado (VÁZQUEZ, 2007. P. 253).

Derivado de uma leitura parcial e enviesada da crítica da economia política, o marxismo bastardo possibilita a instrumentalização de vários aspectos da teoria econômica de Marx pela ordem burguesa. O conhecimento da lógica do capital não apenas permite que as autoridades econômicas aprimorem a sua capacidade de análise e previsão das tendências do desenvolvimento capitalista como também lhes dá certo verniz progressista que, em determinados momentos, é bastante funcional para a legitimação do poder, especialmente em relação aos grupos sociais e segmentos políticos mais inquietos da sociedade. A função social do fenômeno não é irrelevante e mereceu observação arguta de um dos expoentes da sociologia crítica brasileira. Comentando o processo de cooptação de intelectuais de esquerda pelo status quo, fenômeno muito comum na vida brasileira, Otávio Ianni aproveitou um registro de Florestan Fernandes sobre a cooptação de intelectuais marxistas na estrutura de poder para qualificar o papel desses intelectuais como guardiões da ordem:

Há outros [intelectuais], oriundos de movimentos e partidos populares, correntes políticas de esquerda, ou marxismo, que levam um ponto de vista diferente, original, crítico, aos cálculos nos quais se adotam as decisões de governos e regimes. Não são empiristas, positivistas, sistêmicos. Possuem a faculdade de analisar a realidade de modo a surpreender as disparidades sociais, econômicas, políticas e culturais, regionais ou outras, envolvidas nas relações de grupos e classes sociais. Pensam a realidade social como uma totalidade em movimento, sem fixar-se nas ilusões ou fetichismos que povoam o pensamento ingênuo de dialética. Escrevem ‘transparência’, uma noção de inspiração hegeliana, no discurso do poder, ao mesmo tempo em que combinam Keynes e Marx. Promovem a positivização da dialética. São portadores de uma fina perspectiva dialética, adequadamente escoimada da categoria contradição. São cronistas e viajantes de outros tempos. Compreendendo ou não as implicações da escritura, ao formular o discurso do poder, ajudam, muitas vezes de forma decisiva, no exercício do poder. Tem sido assim na passagem da ditadura militar à Nova República, por meio do consenso, conciliação, pacto social, transição programada e outras verbalizações que escondem as manobras pelo alto. ‘Muitos intelectuais e políticos de ‘esquerda’ – antigas vítimas da ditadura, lutadores de proa na década de 1960 ou no início da de 1970, grandes esperanças do radicalismo democrático e do socialismo – aderiram a esse jogo, sem rebuços. (...) (IANNI, 2004. P. 59 – 60).

O elemento central da apropriação “burguesa” de *O Capital* consiste em negar a contradição da relação capital-trabalho como uma unidade de opostos que tende à diferenciação, autonomização, negação e negação da negação. Convertido em mero jogo de opostos, cujas diferenças podem ser harmonizadas, a relação entre o capital e o trabalho é funcionalizada para racionalizar o inesgotável poder expansivo do capital e sua

capacidade de conciliar os conflitos de interesses entre a burguesia e o proletariado.¹¹ Abre-se, assim, a perspectiva de um processo de acumulação de capital supostamente capaz de combinar desenvolvimento capitalista, bem-estar social e regulação econômica. A positividade do modo de produção capitalista impede que se conceba a possibilidade de que o acirramento das contradições alcance o ponto de ebulição, a partir do qual as mudanças quantitativas tornam-se mudanças qualitativas. Nesse entendimento, a oposição entre o capital e o trabalho deixa de ser uma contradição ineludível para converter-se numa contingência histórica que comporta diversas acomodações nos marcos do próprio regime burguês. Assim, Marx é aproximado de Keynes. Numa operação formal que constitui um verdadeiro contrassenso, no momento em que o regime burguês começa a viver sua progressiva e inexorável degeneração, o teórico da revolução é igualado ao ideólogo da salvação do capitalismo.¹²

Enfim, ao negar a possibilidade de que o polo trabalho possa se constituir como um sujeito histórico antípoda do regime burguês, a leitura contemporizadora das leis de movimento do capital transforma a crítica da economia política em seu contrário – a apologia do poder expansivo do capital e de seus efeitos positivos sobre a riqueza das nações. A redução da crítica da economia política a um estudo “desinteressado” da lógica do capital, desvinculado do debate sobre a necessidade da revolução operária, significa negar o principal objetivo de Marx: afastar a ilusão de que o capitalismo possa ser “consertado” e domesticado, imaginando a possibilidade, tão cara ao socialismo utópico, de que seria possível um mundo capitalista sem as mazelas do capitalismo. Tal interpretação contraria todo sentido da empreitada teórica de *O Capital*. O que se perde é exatamente a relação dialética entre teoria e revolução – a essência da reflexão de Marx.

¹¹ “Reduzir o marxismo a mera interpretação, mesmo que apresentado como uma ciência, significa permanecer dentro dos limites teóricos que o próprio Marx assinala e denuncia na tese XI sobre Feuerbach”, VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia ...*, 2007, p. 152.

¹² Baran qualificou o significado profundo do keynesianismo nos seguintes termos: “A pesar de contribuir grandemente al entendimiento de la mecánica de la economía capitalista, la ‘Nueva Economía’ fue incapaz de elevarse hasta una comprensión teórica plena de la crisis general del capitalismo, y no pasó de ser el esfuerzo supremo, por parte del pensamiento económico burgués, para descubrir una manera de salvar al sistema capitalista pese a sus síntomas manifiestos de decadencia y desintegración. De ahí que la ‘revolución keynesiana’ nunca haya llegado a asociarse a un movimiento vigoroso tendiente a la abolición de un orden social caduco y destructivo, y a favor del desarrollo económico y del progreso social. Nuevamente, a semejanza de la filosofía de Hegel en su interpretación ‘izquierdista’, suministró las armas intelectuales a un movimiento de reforma que esperaba, una vez más, resolver las contradicciones del capitalismo por medio de cambios en la distribución prevalectante del ingreso y teniendo un estado benévolo que hiciese posible, en el futuro, la expansión económica estable y el incremento de los niveles de vida”, BARAN, P. *La Economía Política...*, 1967, p. 24. Para uma crítica mais ampla do pensamento de Keynes, ver MATTICK, P. *Marx y Keynes ...*, 1969.

REFERENCIAS

- AZARA H.O. – A circulação simples como epiderme da experiência capitalista. Curitiba: Ed. Prismas, 2016.
- _____ - O conceito marxiano de “capital como tal: um estudo a partir do livro primeiro d’O Capital. Tese de Doutorado, Campinas: mimeo, IFCH/UNICAMP, agosto, 2012.
- BARAN, P. La Economía Política del crecimiento. México: Fondo de Cultura Económica, 1967.
- BENOIT, H. E ANTUNES, J., O problema da crise capitalista em O Capital de Marx. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- ENGELS, F. Do socialismo utópico ao socialismo científico. São Paulo: Global Editora, 1980.
- FERNANDES, F. A Nova etapa da política econômica, Folha de São Paulo, 27 abril de 1986.
- GRESPLAN, J.L.S. O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx a economia política. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999.
- IANNI, O. Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- JAMESON, F. Representing capital: a reading of Volume One. London/New York: Verso, 2011.
- LUKÁCS, G. O jovem Marx e outros escritos filosóficos de 1840 a 1844. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- MARX, K. e ENGELS, F. Sagrada família. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARX, K. Carta de Marx a P.V. Annenkov. In: MARX, K. Miseria de la Filosofía. Madrid: Siglo Veintiuno, 1978.
- _____. Carta ao Dr. Kugelmann, 11 de julho de 1868”, In: O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política – borrador 1857-1858, 2v. Madrid: Siglo Veintiuno, 1978.
- _____. Contribución a la crítica de la Economía Política. Madrid: Comunicación, 1978.
- _____. O salário, o preço e o lucro. São Paulo: Ed. Estampa, 1975.
- _____. El capital: crítica de la Economía Política, 3 Livros. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1966.
- MATTICK, P. Marx y Keynes: los límites de la economía mista. México, Ed. Era, 1975.
- MEHRING, F. Karl Marx. Lisboa: Presença, 1974.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NETTO, J.P. Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.
- RUBEL, M. Karl Marx: Ensayos de biografía intelectual. Buenos Aires: Ed. Paidós, 1970.
- VÁZQUEZ, A.S. Filosofia da práxis. São Paulo. Expressão Popular, 2007.

Recebido em 31-08-2019

Aprovado em 12-12-2019